



Anais da Assembléia

Nº 128

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE SETEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DULCIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo-Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; Suplentes: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP - 09: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; PFL - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; Suplentes PFL e PRN: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; PDT - 07: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Nami Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; Suplentes: Valderi Mendes Vilela - Gutomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; PTB - 08: Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademir Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; Suplentes: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; PSDB - 01: Alceu Antonio Swarowski; Suplentes: Tadeu Lucio Machado - José Boko; PT - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); Suplentes: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; PL - 02: Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; Suplentes: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Aníbelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; Deputados Licenciados: Luiz Carlos Caio Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 88.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

24 Srs. Deputados responderam à chamada. Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Ofício nº 089/93

Senhor Presidente.

Com a presente e tendo em vista a exigência da minha presença no Interior do Estado, venho apresentar justificativa pela ausência em Plenário, no período de 27 a 30 vindouro.

Ao ensejo apresento-lhe meus protestos de consideração e estima.

Sala das Sessões, em 22.09.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a Preferência na discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 044/91, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, REQUER ainda, a Votação Nominal para o referido Projeto.

Sala das Sessões, em 22.09.93.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação nominal ao Projeto de Lei Complementar nº 044/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre o Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, nos termos do Art. 146 da Constituição Estadual, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 22.09.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) sessão das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 22.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 3591

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que a Presidência desta Assembléia Legislativa solicite à Comissão de Constituição e Justiça a remessa à Mesa, do protocolado

nº 4669, datado de 25.05.93, cuja súmula reza: Requer recorrer do despacho exarado no Requerimento de CPI dos gastos em Propaganda do Governo do Estado do Paraná.

Requer, ainda, que a Procuradoria Legislativa se manifeste sobre o parecer relatado pelo Deputado Oswaldo Trevisan.

Sala das Sessões, em 22.09.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO Nº 3608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, votos de pesar à Sra. Florentina e Reinaldo Bagatin, de tradicional família de Siqueira Campos.

Sala das Sessões, em 22.09.93

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

REQUERIMENTO Nº 3590

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, se digne V. Exa. informar, em que data e hora recebeu do Poder Executivo do Estado, o ofício OF/DTL/SAT nº 393, que encaminhou a esta Assembléia o Veto aposto ao Projeto de Lei nº 038/93.

Requer ainda, se digne V. Exa. informar se na referida devolução foram observadas as disposições contidas nos parágrafos 1º e 3º, do art. 71, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.09.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 3617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER informações sobre providências tomadas em relação ao protocolado nº 4551, de 21 de maio de 1993, que pede a adoção de medidas contra o titular da Casa Civil, por desobediência ao Art. 55 parágrafo único e Art. 90, parágrafo único, V, da Constituição do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.09.93

(a) MÁRIO BEZERRA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 526/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Jorge Schweizer.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.93

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Doutor Jorge Schweizer, médico, empresário agrícola, vem há muitos anos pela sua própria iniciativa, estudando e preservando o ECOSSISTEMA. Através de sua propriedade agrícola, mostra a população do Norte Pioneiro, do Paraná e do Brasil, o exemplo da convivência do ECOSSISTEMA com a produção, um exemplo a ser seguido por toda população brasileira. O Brasil sendo o detentor da maior floresta nativa mundial e de uma fauna de variedade vastíssima, teria como obrigação e necessidade de seguir os ensinamentos e experiência dos pesquisadores e profissionais da área de ecologia, pois esse é sem dúvida o presente e o futuro da nossa Nação, proprietária do maior pulmão verde, produtor de oxigênio no planeta.

PROJETO DE LEI Nº 527/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos, com sede na Cidade de São Sebastião da Amoreira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.93

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 23 de julho de 1991, com sede no Município de São Sebastião da Amoreira, e foro na Cidade de Assaí, foi criada com a finalidade de dar atendimento as pessoas portadoras de necessidades especiais, estimular os estudos e pesquisas relativos ao problema dos excepcionais.

Suas finalidades e atribuições encontram-se claramente definidas no seu estatuto e, enquadradas nos dispositivos exigidos pela lei para sua decretação como de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 528/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O atendimento geriátrico gratuito às pessoas carentes, com idade superior a 55 anos, será obrigatório nos Hospitais da Rede Pública Estadual.

Art. 2º - Cada Hospital integrante da Rede Pública Estadual destinará 5% dos

seus leitos para internamento geriátrico, nos termos do artigo 1º.

Art. 3º - São considerados carentes, na acepção desta lei, as pessoas com rendimento mensal de até 2 salários mínimos.

Art. 4º - A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O artigo 230 da Constituição da República Federativa do Brasil determina que:

"A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida".

Sem contrariar a tese de que o Brasil é um País de jovens, pesquisas demonstram que hoje uma nova realidade se impõe: a de que nosso País em geral e, mais marcadamente em algumas regiões brasileiras, está se dando um processo de envelhecimento populacional comparável em intensidade ao que se verificou nos países desenvolvidos, contudo, com a diferença que nestes o processo encontra-se em fase de estabilização, enquanto que no Brasil a situação é de franca escalada da população de idosos.

Hoje, no Brasil 35% da população possui entre 50 e 60 anos.

Num trabalho feito pelo Instituto do Fígado, por ocasião da apresentação do Projeto do Centro Hospitalar do Paraná em 1990, projetou-se que em um período de 20 anos - entre 1980 e 2000 - o crescimento do grupo etário de 60 e mais anos será de 107% contra o crescimento de apenas 14% da faixa de menores de 15 anos, sendo que este processo será mais acentuado nas regiões sul e sudoeste do País.

Temos todos o dever de cumprir e respeitar a nossa Carta Magna. É imperativo valorizar, defender e proteger aos idosos. Não podemos permitir que o velho seja encaminhado ao asilo para morrer.

Hoje, a própria sociedade e a família empurram os idosos para esta situação crítica de abandono, já que também o próprio sistema de saúde do País não possui estrutura para prestar atendimento nesta área.

Em toda a Região Sul só existe um Hospital especializado no atendimento ao idoso, fica em Porto Alegre e é particular.

Portanto, "geriatria é para ricos"...

No nosso Estado, o Paraná, a realidade não é diferente...

Aqui vivem mais de 700 mil idosos que são potenciais usuários de serviços de geriatria em função da alta prevalência de doenças crônicas - degenerativas nesta faixa etária, inexistindo unidades hospitalares especializadas nesta área.

Precisamos mudar esse quadro!...

Essa necessidade, justifica o presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 529/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o "Clube Cultural de Curitiba", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, conta com sessenta e dois anos de existência, tendo sido originalmente fundada sob a denominação de Sociedade Operária Beneficente do Portão, a 14 de julho de 1931, tendo, desde então, a finalidade de implantar e desenvolver atividades sociais, artísticas, culturais, cívicas e de assistência social, através de práticas que estimulem o espírito comunitário, tanto entre seus sócios, como destes em relação à comunidade.

A presente proposição conta com a documentação comprobatória suficiente, para sua tramitação por esta Casa, sendo que solicitamos dos nobres Pares o apoio e consequente aprovação a esta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 530/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o "Lar São Vicente de Paulo", com sede e foro na comarca de Faxinal - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O "Lar São Vicente de Paulo" de Faxinal, é uma entidade sem fins lucrativos e tem como finalidade o atendimento às pessoas carentes, principalmente os idosos.

Fundada em fevereiro de 1988, a entidade tem desenvolvido um trabalho eminentemente assistencial conforme consta no respectivo relatório em anexo.

Os membros da diretoria desenvolvem o seu trabalho voluntariamente sem qualquer remuneração.

Verifica-se que é justo o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual da referida entidade, considerando-se que a mesma já é reconhecida de Utilidade Pública Municipal, concedida pela Prefeitura Municipal de Faxinal, conforme Lei n° 468, em anexo.

PROJETO DE LEI N° 531/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a firmar convênio com o Município de Ponta Grossa, delegando-lhe poderes e atribuições para administrar e gerenciar o Parque Estadual de Vila Velha.

Art. 2° - O Poder Executivo Estadual regulamentará o disposto nesta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

É fato incontestável que o turismo é uma das maiores forças impulsionadoras do desenvolvimento municipal, gerando rendas, empregos e riquezas para os municípios, sendo necessário para que se consolide uma exploração eficiente, racional e calcada em princípios auto-sustentáveis, que seja aplicada uma política condizente e que corresponda às necessidades do setor.

E visando a aplicação de uma política racionalmente pré-determinada para um setor econômico de vital importância a um município de potencial turístico como Ponta Grossa propomos o presente projeto de lei.

O que se busca não é tirar competências, mas dividi-las, procurando efetivamente contribuir para a dinamização do turismo e suas potencialidades, a partir de suas próprias bases que, melhor do que ninguém, tem ciência das necessidades do setor, por isto mesmo desempenhando papel determinante neste sentido.

Em verdade, pela proposição em tela, deseja-se que o Governo do Estado encontre no Município de Ponta Grossa, seu parceiro no desenvolvimento do setor turístico, que culminará na aplicação do Plano Diretor de Vila Velha, e em programas eficazes para a exploração sustentável dos pontos turísticos que compõem o Parque Estadual de Vila Velha, e em programas eficazes para a exploração sustentável dos pontos turísticos

que compõem o Parque Estadual de Vila Velha, como além dos monumentos naturais areníticos, as Furnas e a Lagoa Dourada, otimizando o turismo naquele município, contribuindo para que além das rendas e riquezas, sejam gerados empregos diretos e indiretos com reflexos nos demais setores produtivos da região.

Ante o claro objetivo da proposição em tela, visando adequar e melhorar a infraestrutura de que carece até hoje o Parque Estadual Vila Velha, é que submetemos à análise dos Senhores Deputados, na certeza do apoio e aprovação unânimes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados. Duas matérias de relevada importância me trazem a esta Tribuna, para fazer uso da palavra.

A primeira, Senhor Presidente e Senhores Deputados, diz respeito a um recurso interposto por este Deputado que vos fala, quando foi impedido de promover uma CPI que apuraria denúncias de falta de concorrência pública nos gastos com propaganda do Governo do Estado do Paraná.

Precisamente no mês de maio, demos entrada num Requerimento, subscrito por 18 Deputados, o que preenchia totalmente os requisitos que a lei requer. Naquela ocasião, não tivemos o nosso intento atendido, porque outras três CPI's "laranjas", promovidas pelos nobres Parlamentares do Governo, impediram que a minha tivesse prosseguimento. Na ocasião, quando a Presidência da Casa atendia o disposto no Regimento Interno, que limita a cinco CPI's...

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - O nobre Deputado Mário Bezerra diz que três "laranjas" derrubaram a dele. Eu não sei ao qual pomar ele pertence. Deve estar pertencendo ao pomar "verde" do Paraná, porque não é admissível que ele chame os nossos companheiros da Bancada que dá sustentação ao Governo, de "laranja".

Acho que o pomar ao qual ele pertence é o pomar "verde" que estampa bem o nome que ele sabe.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência entende que procede a Questão de Ordem do Deputado Nilton Barbosa, e solicita ao Deputado Mário Bezerra que ao pronunciar, da Tribuna, o faça com o devido e merecido respeito aos seus colegas Parlamentares.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente,

eu sinto que não atingi nem ao Deputado, porque eu me referi às CPI's "laranjas". E foram CPI's "laranjas"...

O SR. NILTON BARBOSA - Mas, quem faz parte das CPI's são os Deputados, que as compõem...

O SR. MÁRIO BEZERRA - Eu não me referi aos Deputados...

O SR. NILTON BARBOSA - Eu não admito que V. Exa. fale de "laranjas", porque "laranjas" é do pomar ao qual V. Exa. pertence, e que sabemos que é do pomar do BARMERINDUS! Só falta colocar o chapéu, agora!

O SR. MÁRIO BEZERRA - Não vou dar ouvidos a V. Exa.

O SR. NILTON BARBOSA - E é bom que não dê!

O SR. MÁRIO BEZERRA - V. Exa. não tem condições de discutir comigo este assunto!

O SR. NILTON BARBOSA - Não do jeito que V. Exa. quer discutir. "Laranjas", aqui, não existem. Aqui existem Parlamentares, como V. Exa. é. E eu exijo respeito aos nossos companheiros.

O SR. MÁRIO BEZERRA - V. Exa. já terminou?

O SR. NILTON BARBOSA - E espero não ter que voltar a falar!

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente. O Sr. permite conversas paralelas quando o Deputado está fazendo uso da tribuna?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra está com o Deputado Mário Bezerra.

O SR. NILTON BARBOSA - Mas, desde que mantenha respeito com os Parlamentares.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Não me referi a V. Exa. como Deputado "laranja". Me referi às CPI's.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados que mantenham o devido respeito, a ordem, durante a Sessão, para que possamos ter a normalidade prevalecendo dentro deste Parlamento.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Só queria dizer ao Deputado Nilton Barbosa que eu o respeito. Não me referi ao Deputado como Deputado "laranja".

Muito bem, Sr. Presidente, aquelas

CPI's que foram inventadas de última hora, simplesmente para impedir que buscássemos a verdade de um Governo mentiroso e falso, que gasta trilhões de cruzeiros antigos para se autopromover.

Muito bem, este impedimento está custando à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, está custando a ela, a fama de ser conivente com as ilegalidades do Governo do Estado do Paraná.

Naquela ocasião em que tive obstado a minha intenção de criar a CPI, de imediato o Presidente da Casa despachou o Requerimento com as dezoito assinaturas subscritas pelos nobres Companheiros desta Assembléia Legislativa, cujo despacho dizia: "Aos autores para apresentação de Projeto de Resolução, em 12/05/93". Entendeu o Presidente desta Casa que somente através de um Projeto de Resolução ele acharia um caminho para se buscar a instalação da CPI, visto que cinco já estavam instaladas. De imediato o Presidente assim entendeu. Em sentindo que se buscasse a oposição, a situação de um projeto de Resolução seria impossível se instalar a CPI.

O quê o Deputado Mário Bezerra buscou? Buscou recurso junto à Mesa para que fosse sobrestada a minha comissão, e não impedida, porque nem na Constituição Federal se limita o número de CPI's. Mas resquícios da ditadura ainda prevalecem na Assembléia Legislativa, onde se não permite a instalação acima de cinco CPI's.

Busquei junto à Mesa, com um recurso, que faço questão de trazer a Vossas Excelências apenas para rememorar, dizia eu naquela ocasião, e o Presidente assim entendeu: "O Deputado Mário Bezerra, pelo presente vem RECORRER, do despacho exarado no Requerimento de CPI dos Gastos em Propaganda do Governo do Estado do Paraná, o fazendo nos seguintes termos:

I - Como norma maior, diz a Constituição do Estado do Paraná, que as CPIs, "serão criadas mediante requerimento de um terço dos Deputados", número legal que foi atingido pelos subscritores do Pedido. (artigo 62, § 3º da Constituição Paranaense);

II - Contrariando a regra constitucional, o Regimento Interno afirma que "não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução" artigo 36, § 4º).

Senhor Presidente.

A interpretação de Vossa Excelência, data vênha, se baseia no Regimento Interno e não na Carta Magna. A restrição do Regimento Interno fere o princípio parlamentar do instituto da própria Comissão Parlamentar, um instrumento das minorias e não das maiorias. O mínimo de um terço dos membros da Casa Parlamentar é o princípio consti-

tucional brasileiro e universal do inquérito parlamentar. Conseguindo este, cria-se o inquérito.

O que o RI poderia disciplinar era o funcionamento de múltiplas CPIs, mas não contrariar a Constituição, ao estabelecer a negativa de criação, enquanto cinco comissões estiverem tramitando.

Data vênica, pela luz constitucional a CPIs, ao atingir o número dos dezoito subscritores, foi criada. O que pode e sobre isto, seria pertinente o despacho de V. Exa., era quanto à sua instalação e funcionamento.

Um parlamento onde a maioria não tenha condições de exercitar suas prerrogativas, pode ser tudo, menos Parlamento. Os episódios e expedientes utilizados pela maioria da Casa, deixam evidente que não se terá sucesso com a alternativa do Projeto de Resolução - este sim um Recurso das Maiorias, para implantarem suas vontades.

Durante o regime autoritário, foi que criou-se a limitação das cinco CPIs, para manter o parlamento em permanente e constante dependência. Incrivelmente o RI da AL, absorveu o entulho autoritário, neste parágrafo quarto do art. 36, em visível colidência com as normas constitucionais (Constituição Federal art. 58, § 3º).

Ora, sempre que houver o conflito de norma, é imperativo da boa hermenêutica, que prevaleça a maior, no caso a Constituição, e, nos regimes democráticos, que as minorias sejam preservadas. Assim, apela-se, primeiramente para que V. Exa., reveja o seu despacho, determinando seja efetuada a publicação determinada no parágrafo segundo do art. 36 e declarada criada a Comissão Parlamentar de Inquérito, sobrestando-se no entanto a sua instalação, até que estejam em funcionamento e tramitando as atuais cinco Comissões.

Não sendo este o entendimento do preclaro Presidente, tome-se o presente como Recurso ao Plenário, antes porém seja, regimentalmente, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, com vista dos autos ao recorrente, para que possa aduzir as razões de recurso.

Finalmente, lembrar o nobre Presidente, como condutor da Casa, que se tornada efetiva a prática pela maioria, de obstar a criação de CPIs, à minoria, este Parlamento regride aos tempos da ditadura. Daí porque, a interpretação correta e Constitucional, se impõe, até para preservação da imagem deste Poder.

Sala das Sessões, em 20.05.93

(a) MÁRIO BEZERRA

Deputado Estadual"

Fiz o recurso e remeti à Presidência da Assembléia, infelizmente o Presidente não considerou o aspecto de sobrestar a

minha comissão e esperar a vez quando alguma outra terminasse o seu trabalho. Aliás, vale salientar, Srs. Deputados, que das cinco Comissões que estavam tramitando à época na Casa, parece-me que uma já teve o prazo esgotado regimentalmente. Então se o Sr. Presidente quiser ele pode colocá-la na vez. Esse nosso recurso foi para a Comissão de Justiça, quando chegou à Comissão de Justiça foi designado o Deputado Nelson Justus para relatar o meu recurso. Embasado no que diz a Constituição e o Regimento Interno, ele pediu para que o nosso recurso fosse transformado num projeto de resolução. Não sei porque cargas d'água, o Deputado Trevisan armou para que o parecer do Deputado Nelson Justus fosse por água abaixo.

Derrubaram o parecer do Deputado Nelson Justus que estava despachado pelo Presidente da Assembléia, que era a transformação do recurso num Projeto de Resolução que é a maneira alternativa de se criar uma CPI, além das cinco que são determinadas pelo Regimento Interno.

Muito bem, ao derrubar o parecer do Deputado Nelson Justus, o Presidente da CCJ designou um novo relator, o Deputado Oswaldo Trevisan. E o Deputado Oswaldo Trevisan elaborou um parecer, me desculpe o termo, mas muito esdrúxulo, realmente uma coletânea de conversas sem estar estritido ao mínimo no Regimento Interno, e, ao final do seu Relatório, o Deputado pede o arquivamento do meu pedido e salienta, lembrando que dessa decisão não caberá recurso ao Plenário pelas razões já expostas anteriormente.

Para mim foi um grande choque, sinceramente. O parecer da maneira como foi exarado pelo Deputado Oswaldo Trevisan, é de causar espanto mesmo naqueles que não têm o mínimo de consciência, de como se faz, de como se executa o trâmite de um projeto na Assembléia Legislativa. É incrível, mas o Deputado Trevisan apenas colocou as opiniões dele, interpretou à sua maneira o seu parecer, indo contra, inclusive, ao que o Presidente da Assembléia despachou no meu requerimento subscrito por 18 Deputados, que era a transformação em um Projeto de Resolução. Simplesmente manda arquivar - sem recurso a Plenário, um pedido solicitado em forma de recurso junto à Mesa da Assembléia Legislativa.

É de espantar a forma como se relata determinados projetos e pedidos de Deputados na Comissão de Justiça.

Em virtude do despacho exarado e aprovado na Comissão, estou dando entrada a um requerimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, junto à Mesa para que a Mesa requirite o Projeto com o devido parecer e despache a Procuradoria Legislativa para que emita um parecer sobre aquilo que foi exa-

rado na C.C.J., na tarde de ontem, e que querem jogar no baú um recurso sério onde a Assembléia poderia ir a fundo buscar a verdade e incriminar caso, fosse necessário, os responsáveis pelo desmando e pela ilegalidade neste Estado, aliás, ilegalidade e desmandos que estão sendo denunciados quase que diariamente na Tribuna desta Assembléia, uma verdadeira roubalheira que se implantou em diversos segmentos do Governo do Estado. E nós não podemos ficar em silêncio, endossando indiretamente aquilo que o Palácio Iguaçu anda fazendo com as finanças do Estado do Paraná. É necessário que as ações criminosas que o Governo promove, a Assembléia não as acoberte, mas exija dele que ele seja verdadeiramente transparente, deixe de contar mentiras as próprias CPI's, porque é a única maneira transparente de um Governo mostrar à população que ele age e que trabalha em cima da legalidade. Infelizmente o povo do Paraná desconhece uma série de irregularidades porque a Assembléia não tem aprovado os pedidos dos Deputados de Oposição.

Não se deve apoiar incondicionalmente um Governo. Os Deputados que compõem a Bancada de Oposição têm aprovado 95% das Mensagens do Governo. Tem reprovado uma parcela muito ínfima, mas acima de tudo tem fiscalizado os atos do Governo, e é necessário que se tenha o respaldo da bancada do Governo, porque infelizmente tenho que aqui dizer aos meus companheiros Deputados que compõem a Bancada do PMDB e do PP, que em anos passados levantavam a sua voz para dizer das ilegalidades, para falar da roubalheira, mas que hoje não praticam para fazer jus àquilo que fizeram há alguns anos atrás.

É necessário que a Assembléia se levante e diga não ao desperdício, a roubalheira, ao desvio, a falta de licitação pública, com o dinheiro público. Nós não podemos meter debaixo do tapete aquilo que o Governo faz de errado. Se a Comissão de Justiça, se a Assembléia Legislativa não buscar os fatos, corre o risco de ser achincalhada pela população do Paraná e no ano que vem quase ninguém se reeleger na Assembléia, porque o povo vai cobrar, porque o Governo roubou, porque a Assembléia não fiscalizou, não apurou os fatos e meteu na cadeia aqueles que realmente não cumprem com a lei e desobedecem a lei mor que é a lei federal.

Requeiro, então, à Presidência da Assembléia que requisite o meu recurso e que o parecer do Deputado Oswaldo Trevisan seja analisado pela Procuradoria da Assembléia porque não é justo que a opinião do Deputado Oswaldo Trevisan, vice-Líder do Governo e que incondicionalmente apoia o Governo, mande para debaixo do tapete o recurso que a Oposição tem o direito em

promover nesta Casa. (Vozes Paralelas) Constitucional, legal, eu aceito o parecer, mas não posso aceitar que a opinião pessoal do Deputado prevaleça sobre o Regimento Interno e sobre a Constituição do Estado do Paraná.

Não posso aceitar como Deputado que fui eleito em 1990 e tenho cumprido corretamente com as minhas funções dentro do Poder Legislativo.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Vossa Excelência concede um aparte, Deputado Mário Bezerra? (Assentimento)

Inicialmente eu solicito a Vossa Excelência um esclarecimento: Vossa Excelência apresentou ao que sei, meses atrás projeto de resolução que visava alterar o Regimento Interno desta Casa naquele aspecto limitador do número de CPI's ou Vossa Excelência requereu à Mesa que apresentasse esse projeto de resolução?

O SR. MÁRIO BEZERRA - Pode fazer as perguntas que eu respondo ao término.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra (Aparte) -

Mas independentemente do que Vossa Excelência solicitou à Mesa ou apresentou esse projeto de resolução, creio que está aí uma discussão que merece ser travada e entendo também esse limitador no Regimento Interno da Assembléia Legislativa a estabelecer restrições às Comissões Parlamentares de Inquérito é na verdade algo que depõe contra o exercício das tarefas legislativas e Parlamentares do Poder Legislativo.

Creio que nós devemos fazer uma reflexão, já manifestei sobre esta matéria, sobre matéria correlata, que diz respeito aos Pedidos de Informações. Os Pedidos de Informações pelo Regimento Interno também carecem de apreciação e aprovação do Plenário.

Entendo que isso é de todo desnecessário, já que o direito à informação é um direito da cidadania e não precisa a cidadania fazer exercer o seu direito por meio da ação ou de um Parlamentar. O direito à cidadania tem que ser exercido plena e imediatamente. Portanto, se qualquer do povo pode requerer à administração pública, as informações, não há que se exigir que os requerimentos de informações exarados e lavrados pelos Deputados, sejam aprovados pelo Plenário. Raciocínio semelhante poderia ser perfeitamente aplicado às Comissões Parlamentares de Inquérito. As CPIs historicamente, são entendidas no Poder Legislativo, como instrumento das minorias, mas não apenas das minorias, são instrumentos fundamentais para exercício legislativo e parlamentar. Eu acredito, Deputado Mário Bezerra que a matéria que

Vossa Excelência traz, é uma matéria de relevância. Devo discordar quanto a outras manifestações de Vossa Excelência que procuram dar causa e cabimento a este, que é um pedido mais geral, porque a apuração de eventuais irregularidades no âmbito da comunicação social, como Vossa Excelência levanta, deve ser objeto de Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que demonstrada a existência ou então, além dos indícios, as evidências dessas irregularidades. Demonstrado isso, que se instaure a CPI própria. Mais importante do que a temática própria da comunicação social, me parece importante a temática geral que Vossa Excelência levanta com o seu pronunciamento. Nós precisamos nos deter nesse trabalho, nós precisamos proceder à alteração e escoimar o Regimento Interno de uma limitação ao exercício da função parlamentar. Acredito que se nós pudermos desideologizar, se pudermos despartidarizar a temática que Vossa Excelência traz à baila, nós poderemos ter a reforma do Regimento Interno com ganhos de qualidade para o exercício fundamental que deve ter o Poder Legislativo, que é o exercício da fiscalização sobre os atos do Poder Executivo. A idéia que Vossa Excelência traz não está apenas ligada à comunicação social ou a eventuais irregularidades no âmbito daquela Secretaria, mas sim, às tarefas mais gerais que deve exercer o parlamento e aí me alio a Vossa Excelência no sentido de que nós possamos, de fato, reformar para esta e para as demais Legislaturas, esse que é um aspecto limitador e que faz decair o papel e as funções que devem ter os Senhores Deputados nesta Casa.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Eu só queria dizer a Vossa Excelência que solicitei a CPI embasado em fatos, inclusive, do próprio Tribunal de Contas. O Governo do Estado desobedece a legislação estadual e o Tribunal de Contas, com a legislação federal. Ele até hoje não fez uma licitação sequer para entregar o dinheiro às agências de publicidade. Vem distribuindo dinheiro e só no ano de 91, 17 milhões e 100 mil dólares, ele deu aos seus compadres, aos seus apasiguados de campanha para se autopromover, sem promover a necessária e legal licitação pública. Solicitei a minha CPI baseado em fatos, inclusive, de reprovações do Tribunal de Contas. Agora, eu gostaria de fazer uma pergunta a Vossa Excelência. Vossa Excelência perguntou aos nobres pares que vetaram a CPI para impedir a minha. Nenhuma delas tinha alta relevância. Simplesmente abafaram o caso para que nós não buscássemos a verdade do desperdício do Governo Roberto Requião.

O segundo aspecto da minha fala, Senhor Presidente refere-se...

O Sr. Oswaldo Trevisan - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. MÁRIO BEZERRA - Em seguida. Causou-me espécie ao ler hoje os jornais. O jornal "Folha de Londrina" traz uma reportagem que diz: "Relatório está errado", diz Caíto Quintana.

(Lê)

"O Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, disse ontem que a Comissão de Sindicância errou ao produzir o relatório que comprovou superfaturamento de US\$ 50,9 mil nos dois helicópteros comprados pelo Governo do Estado. "Os dois aparelhos foram comprados pelo menor preço. A Comissão errou", acusou o Chefe da Casa Civil, que disse não ter conhecimento do relatório, divulgado no último domingo com exclusividade pela Folha".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é de ficar de queixo caído. Absurdos como esse, acontecem no Paraná. O chefe da Casa Civil dizer que desconhece o relatório elaborado por uma comissão especial designada pelo Governador do Estado para apurar responsabilidades no rombo, desvio de quase seiscentos mil dólares. Cinquenta mil e 900 dólares, foram simplesmente em cinco itens de equipamentos para helicóptero.

O problema atinge uma cifra muito superior. É acima de 500 mil dólares. Vem nos jornais dizer que desconhece...

Tenho uma reportagem do Jornal "Indústria e Comércio", só para rememorar a respeito deste assunto, que diz o seguinte, jornal do dia 06 de janeiro deste ano:

"A Comissão de Sindicância da Procuradoria Geral do Estado, que apura as denúncias de superfaturamento na compra de dois helicópteros, pelo Governo do Paraná, terá mais quinze dias de prazo para entregar o relatório final. A prorrogação foi determinada anteontem pelo Governador Roberto Requião de Mello e Silva que quer incluídos no processo novos documentos pedidos à fábrica dos helicópteros. O Governador disse que não acredita nas denúncias de superfaturamento, mas admitiu que o Estado pode ter pago o imposto de importação de 5% já extinto, o que representaria um prejuízo de US\$ 86 mil.

A denúncia, feita no início de dezembro pelo delegado de Polícia Civil Anibal Bassan, foi apresentada em forma de Ação Popular e apontava, além de diversas negligências operacionais, o preço superfaturado em US\$ 293.746 mil na compra de cada um dos dois helicópteros. A Ação continua dezenas de documentos nos quais foi baseada a denúncia e citava, inclusive, o envolvimento do Grupo Líder Táxi Aéreo, que forneceu os helicópteros, com o "Esquema PC". O prejuízo total somaria perto de US\$ 600 mil. No último dia 16 de dezem-

bro foi iniciado o trabalho da comissão de sindicância na Procuradoria Geral do Estado, a pedido do Governador.

De acordo com o Procurador Geral do Estado, Carlos Frederico Marés de Souza, a Comissão recolheu cerca de vinte depoimentos e dezenas de documentos sobre a licitação, em um processo de aproximadamente 1.500 páginas. O relatório final foi apresentado dentro do prazo ao Governador que, no entanto, pediu novas buscas."

Jornal do dia seis de janeiro. E ainda vem dizer que desconhecia o relatório. Pedi o relatório por requerimento, em abril deste ano, quatro meses depois. Passou mais de trinta dias, que é o prazo regimental, para a entrega do relatório à Assembleia. E manda uma resposta pelo chefe da Casa Civil substituto, porque passou o prazo e o Chefe da Casa Civil pode ser incriminado, de acordo com a lei, por não fornecer informações à Assembleia. E mandaram uma resposta mentirosa. Dizer que não tinha relatório e que não foi superfaturado. A Comissão designada pelo Governo comprovou superfaturamento na compra de helicópteros. Está comprovado que o Governo mente, sonega informações para não cair no ridículo popular. Para cair a máscara de falso governante. Este homem não faz outra coisa a não ser atender mal os prefeitos, atender mal até os seus Deputados, que dão apoio nesta Assembleia. Sonega informações.

É necessário que a Assembleia vá à imprensa, como está fazendo hoje, e diga ao Paraná que este Governador não é isto que está dizendo que é. É necessário que o Chefe da Casa Civil conte a verdade. Porque o que levamos à imprensa, o que tem a imprensa em mãos são documentos, não conversa fiada. E quando denunciei que existia um relatório, ele foi para a imprensa, Srs. Deputados, achincalhar-me. Foi dizer que queria aparecer na mídia, porque não tinha argumentos contra a verdade. Aliás, falta com a verdade há muito tempo. Não venha o Chefe da Casa Civil querer colocar os Deputados da Oposição em posição ridícula, porque não aceito.

Aceito debate aberto, que ele traga relatório assinado pelo Procurador, porque temos fotocópia assinada pelos Procuradores que contestam a veracidade dos fatos. A verdade é que a Assembleia tem que desmascarar, tomar coragem e dizer ao povo do Paraná que não teme perseguições do Governo Roberto Requião, que coloca o Paraná sob seu jugo, que domina os Prefeitos pelo temor, mas não pela consideração ou conquista. É necessário que nos levantemos e digamos "não", independentemente de cor partidária. Chega de quase três anos de submissão. É um Poder que não faz outra coisa, a não ser espezinhar, onde busca o

conflito entre os Poderes constituídos.

Que se coloca como o melhor governador do Brasil, mas na verdade não faz nada para fazer jus à fama, a não ser gastar trilhões de cruzeiros na promoção pessoal.

É necessário que a Assembleia, Srs. Deputados tome consciência disso que não nos complementamos simplesmente com viaturas e ambulâncias em troca do silêncio. Não me vendo com ambulância nem com viatura policial. A minha dignidade está acima de tudo. É necessário que tomemos consciência disso, porque infelizmente o Paraná pouco sabe daquilo que acontece. Um Governador que sai de réu e passa à vítima às custas de milhões de dólares. Não é justo que jogue o Poder Judiciário contra a população...

(Retirado o som).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V. Exa. passa a falar no horário do PTB por 7 minutos e meio.

O SR. MÁRIO BEZERRA - É necessário Srs. Deputados que a Assembleia Legislativa assuma seu papel constitucional acima de tudo que é legislar, fiscalizar os atos do Governo. Estamos cansados de ver tanta mentira, tanta falsidade, mobilização da máquina do Estado para promover o Governador. A impunidade reina. A impunidade não pode reinar. Tenho certeza Srs. que se a Assembleia buscar a verdade, colocar na imprensa, assumir seu papel constitucional, o povo do Paraná irá nos aplaudir. Se não fizermos dessa maneira, no ano que vem um grande revés nos promete.

Concedo aparte ao Deputado Bona Turra.

O Sr. Luiz H. B. Turra - Na primeira parte do pronunciamento de V. Exa., Deputado Mário Bezerra, V. Exa. tratava e procurei aí me fixar de temática de alcance mais amplo do que aquele específico que move V. Exa. na primeira parte.

Dizia V. Exa. do esforço necessário para ruptura para revogação, para reforma de dispositivo regimental que limita o exercício necessário de fiscalização dos atos da administração pública, aí incluindo os atos do Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário.

Em nível político entendo que essa limitação tem que ser superada. Mas V. Exa. faz várias outras considerações. Represento nessa Casa interesses populares e interesses que também estão representados no âmbito do Poder Executivo do Estado, que não assumem para si os defeitos e deficiências que tem a máquina administrativa e, inclusive, áreas da direção político-administrativo do Estado.

Vamos por partes, área de comunicação social.

V. Exa. tem razão e aí também coloquei reparos em pronunciamento recente nessa Casa que os exigíveis e necessários procedimentos licitacionais no âmbito da comunicação social não vem sendo feita pela administração pública brasileira, aí incluída a administração pública paranaense. Tivemos um procedimento de concorrência que se viu revogado, que não foi repetido e daí, todos os atos que foram praticados após a instrução e orientação expressa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, como também norma expressa da Constituição do Estado que exige também para os procedimentos de contratação de publicidade é necessário a licitação ser em atos anulados ou pela própria administração ou pelo Poder Judiciário.

Houve um prazo. A partir desse prazo o Governo do Estado adotou e eu já comuniquei isso a V. Exa. adotou uma sistemática que consistiu em não mais contratar as agências de publicidade, mas em proceder um acordo pelo qual a tradicional taxa de comissão incidente sobre o serviço de publicidade não mais incidiria e diretamente as agências fariam contratos práticos e não contratos formais com os órgãos de comunicação social, no caso específico com os canais de televisão, com a imprensa e também as empresas radiofônicas. Mas esta é uma solução insatisfatória.

Falando, e logo nos primeiros dias após a posse do Secretário de Estado da Comunicação, Dr. Hélio Lewin, o Dr. Edson me afirmou e quero trazer esta informação a V. Exa. e aos demais Pares desta Casa, que há todo um esforço no sentido de regularizar esta situação. V. Exa. deve reconhecer as dificuldades para os procedimentos licitacionais. A própria Prefeitura de Curitiba não realizou o necessário procedimento licitacional senão recentemente. E a administração pública brasileira está às voltas com um problema concreto, que de um lado é carecer de serviços de publicidade, e de outro, não dispor, ainda, lamentavelmente, porque os meios técnicos estão à disposição de editais de licitação, para a necessária licitação de serviços. Esta é a primeira questão, o primeiro esclarecimento.

Portanto, aí, numa área que move recursos ínfimos, V. Exa. fala de recursos de porte. Mas, eu posso afirmar a V. Exa. que os recursos...

O SR. MÁRIO BEZERRA - Queria pedir a V. Exa. para encerrar, porque o meu tempo está correndo e eu só tenho 2 minutos.

O Sr. Luiz H. B. Turra - ... na medida em que temos recursos destinados à área de publicidade, Deputado Mário Bezerra. Um Governo que controla setores estratégicos

e fundamentais, que aportam grande volume de recursos, como é o caso de compras e serviços em geral, e que nestes casos procedem com a máxima correção, em nível de vanguarda do País, não há. E isso já reclamei com o próprio Secretário de Estado da Comunicação, que se vulnerar a imagem da probidade do Governo, justamente numa área que move recursos de pequena monta...

O SR. MÁRIO BEZERRA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência...
(Conversas paralelas).

O Sr. Luiz H. B. Turra - ... dizendo que também requeri e esta informação eu já havia dado à Casa, acerca de 4 meses, as informações sobre o resultado final do processo de sindicância, processo que está sendo instaurado pela Procuradoria Geral do Estado, e também até agora não recebi estas informações. Porque entendo que também esta matéria deve ser objeto da apreciação desta Casa, deve ser objeto da fiscalização...

(Conversas paralelas).

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, o Deputado não pára de falar mais! Gostaria que V. Exa. me respeitasse.
(Conversas paralelas).

O PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita que Vossas Excelências procurem se conduzir dentro do que estabelece o nosso Regimento...

(Conversas paralelas).

Esta Presidência solicita aos Deputados Mário Bezerra e Bona Turra que se comportem, dentro daquilo que estabelece o nosso Regimento, até para que o nosso Serviço de Taquigrafia possa registrar as opiniões de cada um dos Srs. Deputados, porque do contrário sequer o Serviço de Taquigrafia registrará o posicionamento de cada um dos Srs. Deputados.

A palavra continua com o Deputado Mário Bezerra. A Mesa lhe concede, diante das interrupções, mais dois minutos e meio para concluir o pronunciamento.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Agradeço a Vossa Excelência. Profundamente. Só queria pedir ao nobre Deputado Bona Turra que me concedesse o Horário de seu Partido, que vamos para o debate. Ou outro Partido que V. Exa. quisesse. Não posso permitir que sendo simpático com V. Exa., V. Exa. seja antipático comigo. Sempre serei aberto a conceder a V. Exa. os apartes que V. Exa. precisar. Só que, por favor, ser simpático à concessão que lhe ofereço.

O Jornal do Estado de maio de 93 traz aqui uma reportagem ampla sobre a compra

de helicópteros. Naquela ocasião, diz aqui o Chefe da Casa Civil: "Toda compra dos helicópteros foi feita regularmente e que a própria Secretaria da Administração e a Procuradoria Geral do Estado já comprovaram isso". Comprovou coisa nenhuma! Está no relatório que foi superfaturado em 600 mil dólares. Que ele traga aqui para a Assembleia, como veio ontem. Use da tribuna. E não o relatório dos procuradores, designados pelo próprio Governador! Que venha trazer aqui para a Assembleia, para que possamos ver. Tenho uma cópia. Se inventarem um outro relatório, vou contestar.

Diz, aqui: "O Secretário fez questão de dizer que a atitude de Bezerra foi de se promover à imprensa; esta foi a única maneira que o Deputado, com ato inexpressivo, encontrou para aparecer na mídia". Não pago mídia para aparecer. Não dou um cruzeiro para os jornais. Nenhum cruzeiro, os jornais publicam aquilo que a gente fala, são jornais sérios, não recebem dinheiro do Mário Bezerra, nunca paguei para jornal nenhum, apenas cumprem com o seu papel constitucional, social de divulgar aquilo que os Deputados fazem nesta Assembleia. Aguardei, não dei nenhuma resposta a ele a essas ofensas indevidas a mim. Veio aqui ontem dizer que desconhecia o relatório, conversa fiada! Conhece desde o princípio, tenho conhecimento de que o relatório não foi divulgado porque comprometeria seriamente a pessoa do Governador. Se está na gaveta é porque tem medo de mostrar, que venha aqui na Tribuna e mostre, estou aberto ao debate, vamos conversar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, palavra concedida ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra, Liderança do PMDB.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Declino em favor do ilustre Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados, é hora de dizer um basta a estes Deputados que de maneira leviana ocupam a Tribuna da oposição, e trazem alegações sem fundamentos...

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Muito me estranha o nervosismo do Deputado Oswaldo Trevisan que tem pedido a nós aqui e ao Deputado Lourenço Fregonese que vá com calma à Tribuna. Senhor Presidente, da mesma forma em que fez o Deputado Nilton Barbosa quando indagou no início ao Deputado Mário Bezerra de que não admitia que seus colegas na Casa fossem chamados de laranja, não aceito a carapuça para mim

também, mas nem pelos meus colegas. Desse lado aqui ninguém é leviano quando sobe naquela Tribuna, sobe com documento, sobe com responsabilidade. Vossa Excelência com os anos que tem de política deveria ter um pouco mais de cautela nas suas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Publicamente, é a primeira oportunidade, quero pedir escusas a Vossa Excelência pelas palavras grosseiras e agressivas que dirigi a Vossa Excelência na Sessão de anteontem. Quis dizer que Vossa Excelência não estava usando autoridade e disse que Vossa Excelência estava faltando com a dignidade. Então, quero fazer a retificação necessária. Mas ao mesmo tempo, quero fazer um apelo a Vossa Excelência, esta Casa tem sido muito liberal nas questões de ordem, quando o artigo 140 do Regimento Interno é claro e é preciso, que nas questões de ordem o Deputado deve invocar o artigo Regimental que porventura esteja sendo infringido no momento. Ontem Vossa Excelência concedeu a palavra ao nobre Deputado Bona Turra por doze minutos para uma questão de ordem, que não era questão de ordem, e hoje está se repetindo o mesmo fato na Casa.

Então o apelo que faço a Vossa Excelência é que daqui para a frente seja usado o rigor do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa agradece as ponderações do Deputado Erondy Silvério e entende realmente que tem sido muito flexível com os Senhores Deputados, até para que não perdurem alegações de que estávamos faltando, que estaríamos faltando com a democracia na concessão da palavra a alguns Senhores Deputados.

A palavra é concedida, no Horário da Liderança do PMDB, ao Deputado Oswaldo Trevisan, solicitando mais uma vez aos Senhores Deputados que procurem se portar dentro daquilo que estabelece o nosso Regimento para o Horário das Sessões Plenárias.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Prosseguindo, Senhor Presidente, eu quero prestar uma homenagem ao nobre Deputado Erondy Silvério por esse seu gesto de grandeza que publicamente se penitencia e se desculpa perante Vossa Excelência.

Volto agora para o Deputado Algaci Túlio. Falei nobre Deputado, leviano para ser elegante, para usar um eufemismo, mas poderia eu ter usado irresponsáveis para ser...

O Sr. Algaci Túlio - Isto na sua ótica.
Isto na sua ótica...
(Discussões Paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Algaci Túlio, a Presidência insiste, mais uma vez, que Vossa Excelência...

(Discussões Paralelas)
A Sessão está suspensa.

Está reaberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está reaberta a Sessão. Solicito aos Senhores Deputados que mantenham a ordem no Plenário para que nós possamos ter a Sessão transcorrendo dentro da normalidade e daquilo que estabelece o nosso Regimento Interno.

A palavra está com o Deputado Oswaldo Trevisan no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Prossigo Senhor Presidente e prossigo dizendo o seguinte: que o grito é o argumento de quem não tem razão. Quando sobe alguém nesta tribuna, para contestar a oposição, esta oposição fica toda ouriçada e parte para o grito e eu quero dizer o seguinte, nobre Deputado Paulo Maia e nobre Deputado Algaci Túlio, que se for na base do grito, eu grito mais alto do que Vossas Excelências, mas eu não vou gritar porque tenho argumentos.

Mas, antes de prosseguir, Presidente e Senhores Deputados, quero dizer também, nobre Deputado Algaci Túlio, que as suas ameaças não me metem medo. Vossa Excelência vem dizer que não leva desaforo para casa, mas hoje vai levar, porque outro dia, Vossa Excelência também subiu àquela tribuna, quando foi dada uma liminar a essa questão de ônibus, Vossa Excelência veio ofender o Governador Roberto Requião e chamá-lo de irresponsável. Agora, antes de ontem, o Tribunal cassou a liminar. Então Vossa Excelência certamente tem que engolir as ofensas que Vossa Excelência...

O Sr. Algaci Túlio - Absolutamente. Ele realmente é irresponsável. Não vou retirar isso.

Tenho que dizer isso na cara, porque para casa eu não vou levar.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu quero que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra está com o Senhor Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Venho aqui inicialmente para responder ao Deputado

Mário Bezerra. A Vossa Excelência agradeço, quando chama de "ilustre companheiro", mas Vossa Excelência comete alguns deslizamentos, o que me dá condições de responder à altura e não vou exagerar. Eu vou atender ao princípio da lei da Física: "Toda ação provoca uma reação igual e contrária". Então eu vou ofender Vossa Excelência na medida em que Vossa Excelência me ofendeu. Não vou ofender mais. Vossa Excelência vai na tribuna e diz que eu armei o relatório, que o meu relatório é esdrúxulo. Ora nobre Deputado, eu tive ocasião de defender o meu relatório na CCJ ontem e fi-lo, como diria o ex-Presidente Jânio Quadros, fi-lo com base jurídica. Eu mostrei a Vossa Excelência e aos demais Deputados componentes da CCJ que o Regimento Interno é uma norma processual. Portanto, aplica-se ao Regimento Interno, o Código de Processo Civil, subsidiariamente. O Código de Processo Civil é norma de Direito Público. Ora, sendo norma de Direito Público, não pode ser alterado ao alvedrio da vontade individual para atender casuísmos, para atender um fato conjuntural, um fato episódico.

Foi nestes argumentos que baseamos o nosso relatório. Foi com base nestes argumentos que nosso relatório foi aprovado.

Dissemos mais, no artigo 36, Inciso Quarto, Parágrafo quarto do Regimento Interno está ali escrito que não se criará Comissão de Inquérito enquanto houver outras cinco em funcionamento, aí Vossa Excelência tem que saber que em Direito há também expressões da lei que são exemplificativas e que comportam desdobramentos, outras são taxativas, não comportam desdobramentos. Esta expressão que está no Parágrafo 4, do artigo 36, ela é taxativa, não comporta desdobramentos. Então foi com base nisto que nosso relatório foi acolhido pela maioria da Comissão aprovado.

Agora, Deputado, vejo que Vossa Excelência veio à tribuna mais uma vez e veio insistir neste tal pedido de informações, vem também falar dos helicópteros.

Com respeito aos helicópteros, já tive a oportunidade de rebater, de espancar um discurso de Vossa Excelência quando disse que Vossa Excelência não soube pedir as informações. O Palácio respondeu o que Vossa Excelência perguntou e eu lembrei na época, Vossa Excelência perguntou: houve superfaturamento de helicóptero? O Palácio respondeu: não. Quem não sabe perguntar, não tem como responder.

Tenho visto nesta Casa alguns Deputados da Oposição, e disse ontem para o Deputado Colombino, digo aqui para o Algaci Túlio, Mário Bezerra, Paulo Maia e outros, que usam a tribuna com mentiras, com demagogia, só para ganhar manchetes de jornais...

O Sr. Paulo Maia - Mentiras e demagogia que o Governo tem medo de responder.

O SR. OSWALDO TREVISAN - E por quê digo que vêm aqui só para ganhar manchetes de jornais? Porque não dizem nada de verdade...

O Sr. Paulo Maia - Só a vida de miséria do servidor público diz tudo.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, pela ordem.

É preciso respeitar a palavra de quem está usando a tribuna. O que estamos vendo hoje aqui é mais absoluta falta de respeito, a maior demonstração de falta de educação para quem está usando a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está suspensa a Sessão.

Está reaberta a Sessão.

Esta Presidência registra com satisfação - a pedido do Deputado Duílio Genari - a presença do Prefeito de Maripá, Dorival Moreira; do Diretor do Colégio Pio XII de Maripá, Lotário Hen; do Sr. Lirio José; Cesar Antônio; do Prefeito de Palotina; do Dr. Seleme, Secretário de Saúde de Palotina; Wilson de Marque, Presidente da Câmara de Toledo e Irineu Agnes, Vereador de Toledo.

Com a palavra o Deputado Oswaldo Trevisan por cinco minutos.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Pediria já, desde logo, usar o horário da Liderança do PSDB.

Bom, fiz o preâmbulo do meu discurso mas eu preciso só acrescentar mais uma coisinha. Os Deputados da Oposição ficam ali mansos, tranqüilos enquanto não sobe ninguém aqui que venha lhes mostrar uma verdade. Na hora que sobe alguém que vai mostrar uma verdade eles ficam todos ouriçados como estamos vendo hoje. Mas, fiz o preâmbulo do discurso e agora eu vou entrar na fundamentação.

Vou entrar na fundamentação Deputado Algaci Túlio coisa que o discurso de V. Exa. não tem.

O Sr. Algaci Túlio - Se V. Exa. continuar a tentar me agredir vou replicar no mesmo tom. Vou lhe respeitar em respeito a quem está visitando a Casa aqui hoje, porque quando a Casa está cheia ninguém sobe nessa tribuna, hoje como não tem muita gente, não tem servidor público, V. Exa. se atreveu a ir à tribuna. Vou lhe respeitar pela sua idade, pela sua vida política, respeitar a Casa. V. Exa. pode, se quiser, me agredir que vou lhe agredir do outro lado dessa tribuna, na sequência.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Está bom. Eu também, pela mesma razão, vou respeitar V. Exa. e considero então, a briga empacada.

Mas, vejamos aqui, Presidente, o Deputado Mário Bezerra, e agora é para V. Exa. nobre Deputado, foi lá hoje, esperneou, esperneou, foi na C.C.J.. Outro dia subiu, esperneou, esperneou. E estou, dizendo hoje, que V. Exa. veio só para ganhar matéria de jornal. E veja como é que vou demonstrar. V. Exa. não quer apurar nada, sabe que não tem nada do Governo para esconder. Mas V. Exa. ficando ali gritando ganha matéria de jornal. E vou mostrar porque que V. Exa. não quer apurar nada.

Primeiro quero esclarecer à Casa que o Deputado Mário Bezerra é Presidente da Comissão de Fiscalização. Isso eu peço a sua confirmação. É?

O Sr. Mário Bezerra - V. Exa. está falando que eu sou!

O SR. OSWALDO TREVISAN - Estou falando, então V. Exa. não me desmentiu está confirmando que é o Presidente. Agora vou mostrar para a Mesa da Assembléia e para os Srs. Deputados o que compete à Comissão de Fiscalização. A Constituição do Estado do Paraná, artigo 76: "A Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa" - da qual é presidente o nobre Deputado Mário Bezerra - "diante dos indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou se subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade responsável que no prazo de 5 dias preste esclarecimentos necessários. Não prestados os esclarecimentos ou considerados esses insuficientes" - que é o que ele está lá falando todo o tempo - "a Comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria no prazo de 30 dias".

V. Exa. poderia me dizer que não tenha lido isso e não sabia. Mas o Regimento Interno V. Exa. tem na mão toda hora. Então, poderia conhecê-lo, que diz o seguinte no parágrafo 15 do art. 33: "A Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa prevista no art. 76 da Constituição Estadual traz as seguintes atribuições: apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados. Item 2 - solicitar à autoridade responsável pelo prazo improrrogável de 5 dias que prestem os esclarecimentos necessários."

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V. Exa. informa que seu horário está terminando e lhe concede a palavra no Horário do PSDB, concedido pelo Deputado Alceu

O SR. OSWALDO TREVISAN - Muito obrigado.
Se V. Exa. quisesse realmente pedir alguma informação com responsabilidade usaria as atribuições que lhe confere o cargo de presidente da Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa. Se assim V. Exa. não o fez, duas coisas estão ocorrendo.

Ou V. Exa. de fato sabe que não existe nada a apurar e por isso não está pedindo, ou V. Exa. está, como eu disse, procurando manchete de jornal e a continuar aí protestando quanto a não aprovação do seu pedido de requerimento.

Se for nessa hipótese, V. Exa. se encontra num dilema, e quando a gente estuda lógica, o dilema não tem saída. Qualquer coisa que faça está ali cercado.

Mas, digamos que seja de outra maneira. Que V. Exa. poderia fazê-lo no cargo de presidente da Comissão de Fiscalização e não o faz. Daí V. Exa. ocorre em culpa. E ontem ou dizia, na Comissão de Fiscalização, os diversos tipos de culpa em direito e aí eu invoco o Deputado Alceu Swarowski que me concede o horário do PSDB para falar, existe a culpa "in eligendo", a culpa "in vigilando", a culpa "in custodiando", a culpa "in obtendo", e etc.

V. Exa., em assim não procedendo, incorre em culpa "in vigilando", porque não estaria cumprindo a sua missão de Presidente da Comissão de Fiscalização da Assembléia e estaria se omitindo no seu trabalho de Deputado, de fiscalizar o Governo. Estaria deixando de pedir as informações que seriam necessárias. Estaria, também, cometendo aí crime ou cometendo descuido na conduta da sua atividade Parlamentar.

Então, é isso o que eu trago a V. Exa.. E quero dizer a V. Exa. e também aos demais Deputados que, costumeiramente, sobem àquela Tribuna, e tenho visto que aquela Tribuna se transformou num sodalício de pecado, está escutando, Deputado Algaci Túlio? Se transformou num sodalício de pecado, notadamente. Eu dizia há poucos dias, eu admito que os Senhores que não conheçam as leis dos homens, que são muitas, e talvez seja difícil de guardar. Mas, a lei de Deus são só 10 mandamentos. São fáceis de guardar. E notadamente o 8º mandamento tem sido desrespeitado por alguns Deputados, aí, quando diz "Não levantar falso testemunho". E alguns de V. Exa. têm, constantemente, levantado falso testemunho daquela Tribuna.

O Sr. Algaci Túlio - Falso testemunho está todos os dias na mídia, imposto pelo Governo do Estado e que V. Exa..

O SR. OSWALDO TREVISAN - V. Exa. não está respeitando a minha palavra.

Eu não concedi aparte, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O orador tem que conceder o aparte.

Solicito ao Serviço de Microfonia que só atenda quando o orador conceder o aparte.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Então, por esta razão, quero dizer o seguinte: nem eu nem meus companheiros de Bancada, que damos sustentação política ao Governo, vamos escutar calados as aleivosias, as inverdades que são ditas daquela Tribuna. E sempre que assim for feito, nós estaremos aqui, rebatendo, espancando os discursos que ali forem feitos e trazendo a verdade dos fatos.

Nós queremos que Deputados da Oposição que agem desta maneira, ajam então com responsabilidade! E cumpram a sua missão de Deputados, de acordo com o cargo que exercem, para que possam, então, honrar com dignidade o seu mandato.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto o PFL se deseja fazer uso do seu Horário.

O SR. MÁRIO BEZERRA - O PFL me concede seu Horário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados.

Queria, ouvindo o nobre Parlamentar Oswaldo Trevisan usando da Tribuna, eu me recordo do Rolando Lero. Rolando Lero, um personagem do Chico Anísio. Dizia o Deputado, ilustre Parlamentar...

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Artigo 20, inciso VII.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, queria dizer ao nobre Deputado Oswaldo Trevisan de que não há nenhum idiota neste Plenário. O público que aqui comparece é seletos. E o discurso de V. Exa. não convence ninguém. Apenas conversas e falácias. É necessário que o Parlamentar, quando usar da Tribuna para agredir a Oposição, que sempre vem documentada, que mostre os documentos! Infelizmente, para o Governo não há defesa, porque as acusações e as provas são contundentes. Ele deve! O Governo deve! A máscara do Requião haverá de cair, porque nós estamos no caminho certo, a falsidade não prevalecerá.

O dinheiro público que é gasto para se autopromover tem os seus dias contados, ele vai se afastar do Governo, pagará, embora atrasado mas pagará. Nós não vamos somos coniventes, nem com o erro. Eu só quero usar da palavra, eu fiz só um preâmbulo ao Ilustre Deputado Trevisan. Vossa Excelência dizia que eu desconheço o Regimento Interno da Casa. Eu acho que é Vossa Excelência que desconhece o Regimento Interno, por que Vossa Excelência desconhece o Regimento Interno? Porque num Parecer elaborado por Vossa Excelência, Vossa Excelência não se estribou no Regimento Interno, contestou o Parecer do Deputado Nelson Justus sem convencer ninguém. Como a Bancada do Governo, que eu respeito muito como Parlamentar, é maioria na Comissão de Justiça, votam nas conveniências do Governo, não levam em consideração o que diz no Regimento Interno.

É claro, ilustre Deputado Oswaldo Trevisan, o próprio Presidente da Assembléia, Orlando Pessuti, quando despachou o meu requerimento para abertura de CPI escreveu claro para que os componentes entrem com Projeto de Resolução. É claro e objetivo, o Deputado Nelson Justus, com muita propriedade, salienta no seu Parecer, transcreve o artigo 122 do Regimento Interno Deputado Oswaldo Trevisan, palavra do artigo: "Os Projetos de Resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre que deva a Assembléia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como: Inciso 3º Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito excedendo cinco em funcionamento."

Ora Deputado, Vossa Excelência é advogado, uma criança de pré-primário entende essa linguagem, mas como o Governo não quer a verdade, os Pareceres que são favoráveis a ele não tem embasamento legal, o que vale é o voto. Infelizmente a oposição não tem aprovado os seus Requerimentos e as suas matérias de fiscalização porque os Deputados do Governo não deixam. Se for obedecer a letra da lei passa-se tudo nesta Assembléia, e o Governador haverá de pagar pelos seus crimes. Mas infelizmente os Pareceres vazios e sem embasamento legal é que valem, porque o que vale é o voto. Nós não temos maioria, nós temos a garganta e a fala para falar que o Governo pratica ilegalidades, nós não respaldamos a roubalheira, não respaldamos a ilegalidade. Gritamos sim, gritamos pela justiça, não gritamos palavras vãs, falamos a verdade.

É por isso que o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Paulo Maia e os outros Deputados que compõem a oposição nesta Casa contestam aqueles que representam o Governo nesta Casa quando dirigem palavras de

baixo calção a Deputados de oposição.

O Sr. Nelson Justus - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

O Sr. Nelson Justus - Quero, nesta oportunidade, apenas endossar de forma avalizada Deputado Mário Bezerra a maneira de como foi relatado na Comissão de Constituição e Justiça, e tenho certeza que como jurista o Deputado Oswaldo Trevisan sabe, conhecedor do Regimento Interno, sabe que a maneira pela qual o Presidente Orlando Pessuti designou, encaminhou através de um Projeto de Resolução, efetivamente seria o melhor caminho, este seria realmente o caminho legal. Por outro lado, apenas Deputado Oswaldo Trevisan, complementando e contrariando aquilo que Vossa Excelência disse na Tribuna, de que a função do Deputado Mário Bezerra como Presidente da Comissão de Fiscalização seria de fiscalizar.

Cabe-nos lembrar aqui que esta função não é exclusiva do Presidente da Comissão de Fiscalização; esta é uma das funções dos cinquenta e quatro Deputados aqui presentes.

Apenas pego uma carona no seu discurso, Deputado Mário Bezerra, para colocar estes dois pontos: projeto de resolução seria e o Deputado Trevisan sabe disto, o melhor caminho. No que diz respeito a fiscalização não é privilégio do Presidente da Comissão de Fiscalização, é um dever dos 54 Deputados que ocupam as suas cadeiras nesta Casa.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Agradeço o aparte do nobre e ilustre Deputado Nelson Justus, e ainda algumas respostas ao ilustre Parlamentar Oswaldo Trevisan.

No meu requerimento não perguntei nada ao Governo. Apenas pedi o relatório conclusivo da comissão designada pelo Governo, para que ele remetesse a Assembléia, não fiz uma indagação, pedi o relatório. E ele faltou com a verdade dizendo que não tinha relatório e que não houve superfaturamento. Faltou com a verdade o Governo.

V.Exa. citou que eu sou o Presidente da Comissão de Fiscalização e tenho o dever de fiscalizar todos os atos do Governo. Quer dizer V.Exa. que a repercussão aqui do Plenário é bem superior a repercussão do que se faz na Comissão de Fiscalização.

Já deliberamos alguns pedidos da Comissão de Fiscalização junto ao Tribunal de Contas e não obtivemos resposta. Deram ouvidos ao mercador. As matérias que são discutidas e aprovadas em Plenário, são respondidas. A Comissão de Fiscalização

não é atendida. E o que o Deputado pode fazer? Ir brigar com o homem do Governo? Pegar na marra? Não posso. Utilizo-me do Plenário porque aqui tem repercussão na imprensa e é uma forma eficaz de pressionar o Governo a responder as nossas indagações, ao passo que ficar escondido em quatro paredes, com quatro Deputados, que são da Oposição, porque a Comissão de Fiscalização tem sete, só quatro Deputados não têm a força que tem o Plenário composto por 54 Deputados.

O Regimento Interno da Casa infelizmente é interpretado por V.Exa., permita-me assim dizer, às suas conveniências, somente às suas conveniências.

Outra coisa, já quero denunciar aqui, a Comissão de Fiscalização da Assembléia não tem condições humanas e técnicas para investigar os erros todos do Governo, as maracutaías, as faltas de licitações públicas em todos os seus segmentos. É impossível se trabalhar fiscalizando uma infinidade de órgãos e Secretarias de Governo, com três pessoas. Não há condição humana.

Requeri, logo que assumi a Comissão de Fiscalização, de diversos órgãos do Governo, os procedimentos licitatórios. A maioria está mandando, mas estão se avolumando e daqui a alguns dias não cabe nem na sala de comissões. Não há condições humanas, física, técnica, de se fiscalizar os atos do Governo. É necessário se colocar 40 pessoas que entendam do assunto, informatizar a Comissão de Fiscalização para que possam fazer um trabalho certo de fiscalização dos atos do Governo.

Então, meu ilustre Deputado Oswaldo Trevisan, esclareço a V.Exa. que este Deputado tem feito o possível e até o impossível para poder trazer nesta Assembléia Legislativa aquilo de errado que o Governo está fazendo... Temos aprovado mais de 90% das suas mensagens que são favoráveis ao Paraná, mas temos censurado o que está errado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PT com a palavra. Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores nós queremos registrar o nosso posicionamento, tendo em vista as colocações feitas aqui pelo ilustre Deputado Mário Bezerra que nós consideramos que são colocações extremamente importantes e que na verdade dizem respeito as próprias prerrogativas e a dignidade do Poder Legislativo no Paraná.

Não se pode mais admitir passivamente num momento em que a Nação procura morali-

zar os atos da política brasileira, que o parlamento do Estado do Paraná feche os olhos a essa realidade, feche os olhos a essa exigência que o momento político está colocando para todos nós. Quero dizer aqui que consideramos extremamente grave o comportamento do governo do Estado do Paraná, que à luz de diversas denúncias, uma, inclusive, que motivou uma ação popular por parte de um Delegado de Polícia, dando contas de superfaturamento e posteriormente, requerimentos do Deputado Mário Bezerra, temos o conhecimento de que foi formada uma comissão de sindicância, informações foram solicitadas e essas informações estão sendo sonegadas.

Isso é, no nosso entendimento, um fato extremamente grave, porque está colocando sob suspeita o próprio comportamento ético do governador do Estado do Paraná. O governador que ocupa os espaços na imprensa, a nível nacional, e faz questão de se colocar como um governo honesto, um governo probo, não pode ocultar informações dessa natureza ao Plenário dessa Casa e à sociedade de um modo geral.

Nós sabemos que corrupção existe. Talvez existirá ainda por muitos séculos em quase todas as administrações públicas. O Paraná tem uma máquina com 200 mil servidores. É um Estado que gera recursos fabulosos, na ordem de quase 85 milhões de dólares por mês. É natural, ou pelo menos, é previsível que ocorram casos de corrupção neste governo como ocorre na maioria de todos os governos.

Agora, tornada pública uma irregularidade, o comportamento que se exige de qualquer governante honesto, especialmente do condutor maior do Poder Executivo, no caso, o governador do Estado, é que ele tome a iniciativa de proceder uma apuração rigorosa e se houver a comprovação da irregularidade, que também faça a punição de forma exemplar.

No nosso entendimento, esse tipo de comportamento, poderá isentar ou desonorar o governo do Estado de qualquer cumplicidade com as irregularidades. Todavia, o que nós estamos assistindo nesse episódio, é exatamente o inverso e aí nos perdoem os Deputados da Bancada governista, mas o Deputado Mário Bezerra está absolutamente certo. Mais do que isso, o Poder Legislativo do Estado do Paraná tem a obrigação de reciclar os seus costumes.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná está devendo à nossa sociedade, o cumprimento real e efetivo das funções que justificam a criação...

(Interrupção do som)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra, o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - O Poder Legislativo
- me perdoem a franqueza - do Estado do Paraná, está tendo um comportamento deprimente.

Nós aprovamos mensagens inconstitucionais, nos submetemos ao jogo de cena que muitas vezes faz o governador do Estado para alcançar artificialmente índices de aprovação, que não se suportam em ações administrativas concretas; esse parlamento tem dado guarida à extinção de Fundos de Previdência, esse Parlamento tem tido dificuldades de aprovar medidas importantes como o disciplinamento do transporte coletivo intermunicipal no Paraná, este Parlamento, por força de uma bancada de maioria, consegue impedir diversos pedidos de informações que sejam aprovados pela Casa, ferindo inclusive o direito constitucional de qualquer cidadão que tem acesso a estas informações e nós, na condição de Deputados, não temos.

O comportamento que está colocado, por exemplo, com o preenchimento das vagas na CPI nesta Casa para calar a voz e impedir o trabalho de fiscalização dos Deputados da Oposição, é extremamente imoral e inadmissível em qualquer Parlamento que se digne neste País e neste Planeta.

Temos questões muito graves que poucos de nós se deram conta, de que o Governo do Estado está com problemas seríssimos de arrecadação. Nós temos, por exemplo, suspeitas seríssimas sobre o sistema de arrecadação do Paraná, que está permitindo uma evasão de suas divisas de forma brutal, monumental e nem uma palavra, um gesto, se coloca nesta Casa. Isto sim exige a plena instalação de uma CPI para que pudéssemos ajudar o Paraná a recuperar suas divisas, que hoje muitas vezes estão sendo sonegadas sem se saber exatamente o porquê.

Quero concluir o pronunciamento fazendo um apelo à própria bancada de Governo nesta Casa, pela condição de Deputados que têm, com as obrigações constitucionais que têm de zelar pelo interesse, pelo patrimônio público, que ao invés de irem ao Palácio para receber Kombis e assistência social, que vão lá também se impor perante o Governo, e exijam que o Governador traga, à sociedade paranaense, com a máxima transparência, o resultado da Comissão que foi instaurada para averiguar possíveis irregularidades de superfaturamento, sob pena de, em não fazendo, permitir ao Deputado Mário Bezerra que ocupou esta tribuna, e possam deduzir o que bem entender sobre a ética e a moral que impera no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do PDT. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Já nem mais pretendia fazer uso da tribuna, em razão dos fatos que me antecederam. Mas, acompanhando atentamente o pronunciamento do Deputado Ernani Pudell, venho questionar e perguntar ao Deputado Oswaldo Trevisan, que infelizmente não está em plenário neste momento, para que se lasse, diante dos Parlamentares e dos presentes, um compromisso com as bancadas de oposição.

Falou bem o Deputado Ernani Pudell, o papel dos Parlamentares, especialmente da Oposição, é de fiscalização aos atos do Governo e, lamentavelmente, não temos tido oportunidade de poder exercer este papel, porque somos uma bancada minoritária na Casa, que acaba sendo vítima de um rolo compressor de uma bancada governista, não toda, mas pelo menos a maioria, que vem para o plenário não constantemente, mas em dias que interessa ao Governador do Estado aprovar ou derrubar determinada matéria, e aí ocorrem as derrubadas de pedidos de informações como tem acontecido constantemente, esta semana tem sido assim.

Estou com 3 pedidos de informações aqui na Casa desde segunda-feira e até hoje não consegui aprová-los. São pedidos de informações exatamente com relação aos helicópteros que temos levantado aqui da tribuna com muita responsabilidade Deputado Oswaldo Trevisan que deve estar me ouvindo em algum gabinete ou aqui atrás confabulando, mais preocupado com outros assuntos do que me ouvir neste momento porque eu tive a paciência de ouvi-lo, Deputado Trevisan.

Então, Deputado Oswaldo Trevisan, gostaria que V.Exa. sentasse no seu lugar como parlamentar, mesmo tomando seu cafezinho e assumisse conosco esse compromisso de que a sua bancada vai permitir de ora em diante a aprovação de todos os pedidos de informações, porque como disse V.Exa. o Governo não tem nada a esconder, no entanto esconde, sonega aprovação de pedido de informação.

Ontem já falei o que eu desejava aqui com relação aos helicópteros. Quero saber, por exemplo, que medidas foram tomadas com base no relatório da comissão de sindicância aberta através do decreto assinado pelo Senhor Governador, diante de comprovação de superfaturamento na compra de dois helicópteros do Governo.

Peço encaminhamento da cópia de inteiro teor do relatório que, hoje nos jornais, o Chefe da Casa Civil - que me parece hoje nos dá o prazer da sua presença nessa Casa.

Não tem sido uma constante, mas ontem e hoje. Não sei qual o interesse. Tem estado aqui constantemente o Deputado Caíto

Se eles contestam pela imprensa porque não contestam aqui na Assembléia para nós, Parlamentares? Porque não permite a aprovação desse pedido de informações que quer o inteiro teor do relatório que mostra irregularidades? Se esconde atrás do quê o governo que não permite aprovar um pedido de informações? Um simples pedido de informações.

Qual a justificativa para manter o relatório secreto quando a lei determina a publicidade de todos os atos administrativos. E a informação que se tem é que o Governador do Estado engavetou o projeto. Jogou dentro de uma gaveta. Isso é um ato de total irresponsabilidade Deputado Oswaldo Trevisan. Ou é minha a irresponsabilidade ou é do Deputado Mário Bezerra?

Não. É do senhor Governador provisório do Estado do Paraná que joga um relatório bastante complicado na gaveta para ninguém tomar conhecimento.

Então, antes de vir V.Exa. Deputado Oswaldo Trevisan nos taxar de levianos, depois de irresponsáveis. Só faltou usar o outro adjetivo, que quem sabe só não usou aqui dentro com medo de uma possível cassação, porque V.Exa. foi além dos limites, não teve a devida compostura, não teve a devida responsabilidade, primeiro de analisar a maneira como tem se comportado o senhor Governador e a própria bancada governista neste plenário.

E é bom que saibam que enquanto nós de oposição aqui ficamos para aprovar a Ordem do Dia do projeto de muito mais interesse só do Governador do que nós de oposição, os Parlamentares do Governo estão no Palácio Iguaçu recebendo prefeitos, fazendo a média política para entregar a eles e sair na fotografia as ambulâncias e viaturas policiais.

Concedo aparte ao Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Gostaria de me solidarizar às posições de V.Exa. apenas dizendo o seguinte: se as acusações dos requerimentos que a oposição tem apresentado e tem falado dessa tribuna são mentirosas, por que o Governo tem medo de respondê-las? Por que o Governo não mostra o porquê de uma política salarial decente para o funcionalismo público do Paraná? Por que o Governo não responde sobre o sistema de saúde do funcionalismo público do Paraná? Por que o Governo não responde sobre a discriminação com os prefeitos de oposição que derrotaram os candidatos do Governo e hoje querem que esses prefeitos lhes procurem e implorem de joelhos. Porque se não estiver vinculado a Deputado que dê apoio ao Governo não há atendimento a estes Municípios. E, na hora precisa nós daremos os nomes. Fazem destes Prefeitos e

dos representantes, ou melhor, tentam fazer destes Prefeitos e destes representantes das comunidades, os homens mais humilhados possíveis.

Mas, muitos têm se mantido em situação, em cima das propostas que fizeram ao seu povo. Dentro desta Casa é a mesma realidade. Aqueles Deputados que, eleitos pela Oposição não permaneceram na Oposição, porque não tinham seus Municípios atendidos, são a comprovação desta verdade. Então, esta verdade precisa ser dita. Nós ainda estamos aqui, e com certeza ficaremos nesta totalidade, e não estaremos falando de joelhos com quem quer que seja.

Gostaria, apenas fechando o aparte que V.Exa nos concede, nós não temos, na Oposição, jogado baixo com o governo. Temos sido honestos com as nossas posições e com as posições que nos trouxeram a esta Casa. Isto tem que ser bem dito e dito às claras, porque quem está procurando aparecer na mídia e nas capas de jornais não somos nós, levando ambulâncias, viaturas e outras mais. Veja bem e faça uma alta reflexão daqueles que querem acusar a seriedade da Oposição, nesta Casa.

Agradeço o aparte de V.Exa..

O SR. ALGACI TÚLIO - O que tem aparecido muito, na mídia, são os atos estapafúrdios que ocorrem dentro do Palácio Iguaçu, aliás, motivo de um outro Pedido de Informações meu, que eu espero que o Deputado Oswaldo Trevisan, que prega muito pela decência e pela moralidade, permita que o Governo me responda quem brigou no 3º andar do Palácio Iguaçu, quem causou prejuízo e quem saiu ferido, porque atos desta natureza, num Governo que se diz ser tão participativo, tão aberto, não pode permitir e muito menos esconder, as barbaridades que ocorrem dentro do Palácio Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 089/93 subscrito pelo Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, comunicando sua ausência em Sessão Plenária, no período de 27 a 30 vindouro. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

do. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a preferência na discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 044/91, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, requer, ainda a votação nominal para o referido Projeto. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a votação nominal ao Projeto de Lei Complementar nº 044/93. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa que a preferência de votação apreciada será colocada em votação logo após apreciação dos vetos, conforme estabelece o Regimento da Casa.

^a
1. Discussão da Proposição nº 023/93, aposto ao Projeto de Lei nº 155....

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Gostaria de fazer uma consulta à Mesa. Não fiz ainda o Requerimento, mas se eu entrasse com um Requerimento para a retirada por uma Sessão dos vetos, poderíamos votar o item 35 da pauta e votaríamos os vetos na data de amanhã? Já entrego o Requerimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa tem permitido evidentemente, em outras ocasiões, o adiamento de votações, de proposições que se encontram na Ordem do Dia, não poderia deixar de atender esta solicitação de Vossa Excelência, desde que fosse aprovado pelo Plenário.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Então, já entrego o Requerimento. O Senhor o considere na Mesa, retirando por uma Sessão os itens 01 e 02 da pauta do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Requerimento de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente requerendo o adiamento da votação das Proposições 023, 043, por uma

Sessão.

Senhores Deputados que aprovam permanecem como estão. Os que forem contrários que se levantem.

Está **aprovado** e adiado por uma Sessão a discussão e votação das proposições 023 e 043.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo a solicitação do Deputado Algaci Túlio procederemos Verificação de Votação.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo solicitação do Deputado Paulo Maia procederemos a chamada nominal dos Senhores Deputados para a verificação de votação ao Requerimento do Deputado Lourenço Fregonese. Deputado Anibal Khury para a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro a chamada nominal.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, mantenho o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Será procedida a chamada nominal para verificação de votação ao Requerimento do Deputado Lourenço Fregonese.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal 25 Senhores Deputados. Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Queremos saber se a Mesa já concluiu os cálculos a respeito da C.C.J. ou ainda está deficiente o matemático contratado. Vai ter que ser contratado o Oswald de Souza, porque parece que está difícil.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - A Mesa informa, e já teve oportunidade de esclarecer ao Deputado Ernani Pudell que nos consultou recentemente, de que está ultimando os cálculos.

Existem três correntes defendendo suas teses e estamos tentando encontrar uma tese unificada para que não ocorra e não surja a possibilidade de novos questionamentos.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) -

Todos sabemos que é uma prática parlamentar o esvaziamento do Plenário.

Agora, esse Projeto de Lei Complementar nº 44/91, segundo o Deputado autor há 4 anos tramitando na Casa, o esvaziamento desta Sessão - embora seja uma prática parlamentar, é uma falta de respeito tanto aos empresários como à população do Estado do Paraná.

Nós, Deputados que aqui ficamos, queremos a definição e a votação imediatamente ou tão logo seja possível para acabar com essa polêmica que está sendo ocasionada à Assembléia Legislativa.

Não podemos mais admitir esse tipo de posicionamento. Queremos votar, queremos um final a essa novela que se estende por 4 anos.

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Pela Ordem) - O Deputado Lourenço Fregonese deseja o fim de uma novela.

Nós do Partido dos Trabalhadores também. Não vamos querer ressuscitar Pitágoras para fazer os cálculos não. Já está alongando demais.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pode ter certeza Vossa Excelência que o último capítulo está sendo escrito no dia de hoje.

Pela ordem, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Só quero dizer com todo o respeito que tenho a este Parlamento, com todo o respeito que eu tenho ao Deputado Neivo Beraldin, e aos demais Deputados que querem a aprovação deste Projeto de Lei Complementar nº 044/91, se hoje não votarmos é claro que amanhã deverá ser votado. Se não for amanhã deverá ser depois de amanhã ou no mês que vem ou no ano que vem. Um dia terá que ser votado e eu votarei hoje, amanhã, sempre, toda a minha geração, contra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa ainda aos Senhores Deputados que os Requerimentos aprovados referem-se à Sessão de hoje, tanto de preferência de votação, votação nominal, bem como de adiamento de votação das Proposições 23 e 43.

Se este for o desejo, na Sessão de amanhã, dos Senhores Deputados de que haja votação nominal para o Projeto 44/91, deverá novamente ser requerido, bem como o adiamento das proposições já mencionadas.

O SR. NEIVO BERALDIN - (Pela Ordem) - Quero dizer ao Deputado Lourenço Fregonese que esta é uma novela que o povo assis-

te com muita expectativa, especialmente a-quele que tem que pagar a passagem para circular dentro do Paraná.

E os Deputados da Assembléia Legislativa, tenho certeza, porque são Deputados que estão aqui para votar em favor da maioria da população do Paraná, irão votar esse projeto conforme requerimento aprovado hoje, com votação aberta e nominal.

E este projeto, após quatro anos de luta e de debate, está na Ordem do Dia e pelo Regimento Interno não mais poderá ser retirado da Ordem do Dia.

Portanto, queremos ver votado e aprovado este projeto porque é um projeto de alcance social.

Vivemos na abertura de mercado, queremos o espaço para todos, queremos baratear o custo das passagens e ajudar a população usuária do transporte coletivo do Paraná, mas mais do que isto, dar um regulamento para que o Governo do Estado tenha um regulamento para poder gerir esse setor que é fundamental para a população que sequer tem o Paraná o regulamento votado pela Assembléia Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, fica difícil entender o discurso do Deputado Neivo Beraldin. Nem a sua própria Bancada está em Plenário para ajudá-lo a aprovar o seu Projeto.

Não está a Bancada do PMDB em Plenário, está bastante reduzida. Fica difícil entender esse discurso. Não ouvimos até agora uma palavra do Governador se é favorável ou contra o Projeto.

(Discussões paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa aos Senhores Deputados que as considerações que pretendam fazer poderão fazê-lo por ocasião da discussão do Projeto.

Não procedem as Questões da Ordem formuladas neste período.

O SR. HERMAS BRANDÃO (Pela Ordem) - Só queria deixar registrado nos Anais desta Casa que a posição do Deputado Neivo Beraldin manifestada através do "Jornal do Estado" - onde manifestou que teria que ser colocado um alçapão aqui na Casa para que não entrassem os empresários - não é a nossa posição e não é a posição de muitos companheiros.

Os empresários que visitam esta Casa são sempre bem acolhidos...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Deputado Hermas Brandão que conclua a sua questão de ordem.

O SR. HERMAS BRANDÃO (Pela Ordem) - ... e esses empresários ajudaram a fazer

deste Paraná o que o Paraná é hoje...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 023/93, veto aposto ao Projeto de Lei nº 155/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que faculta aos Professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério, optar por um segundo padrão através de aulas extraordinárias. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício/DTL/SAT nº 139/93.

Curitiba, 13 de julho de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 137/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 155/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo facultar aos professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério a opção por "um segundo padrão através de aulas extraordinárias".

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, porque fere frontalmente mandamentos contidos no art. 37, inciso II, da Magna Carta e art. 27, inciso II, da Constituição Estadual, os quais determinam que a investidura em cargo público (não importa se primeiro ou segundo padrão), depende de prévia aprovação em concurso público. Fere, também, dispositivos constitucionais reguladores da competência para a iniciativa do processo legislativo de tal matéria.

No sentido de mais detalhadamente demonstrar a inconstitucionalidade da medida, é adiante transcrita manifestação da Procuradoria-Geral do Estado (Parecer nº 134/93) que, analisando o assunto, asseverou:

"4. O parágrafo primeiro, do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná, estabelece que se o Governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente.

5. Evidente que aqui, cabe à Procuradoria-Geral do Estado manifestar-se apenas sobre a inconstitucionalidade ou não do Projeto, sendo o interesse público elemento integrante do poder discricionário do Chefe do Poder Executivo.

6. Quanto à questão da inconstitucionalidade do referido projeto, dúvidas não existem, eis que o mesmo fere vários dis-

Curitiba, quarta, em 22.09.93

positivos da Carta Estadual, bem como da Constituição da República.

7. O art. 66 da Constituição do Estado, em seu inciso I, estabelece a iniciativa privativa do Governador sobre leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta.

8. O inciso II do mesmo comando constitucional também estabelece a iniciativa privativa do Governador sobre leis que disponham sobre servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos e etc...

9. Como se isso não bastasse para demonstrar a total inconstitucionalidade do projeto em questão, a Constituição da República estabelece no inciso II do artigo 37 que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público.

10. Vê-se, pois, que o aludido projeto é manifestamente inconstitucional por vício de iniciativa e afronta a exigência do concurso público.

Isto posto, somos de opinião que o Senhor Governador do Estado do Paraná deverá vetar o referido projeto integralmente".

Por outro lado, são anexadas cópias de vários pronunciamentos expendidos pelas Secretarias de Estado da Administração e da Educação, Pastas essas que, também, posicionaram-se contrariamente à medida.

De Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa. Vale-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado, em exercício
(O Projeto de Lei nº 155/93 encontra-se publ. no D.A. nº 40, de 03.05.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 155/93
VETO GOVERNAMENTAL Nº 023/93

SÚMULA: Faculta aos Professores integrantes do quadro próprio do magistério, optar por um segundo padrão através de aulas extraordinárias.

P A R E C E R:
Analisando o Veto Governamental em epígrafe, o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.
Sala das Comissões, em 03.08.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 043/93 veto aposto do Projeto de Lei nº 018/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Que estipula o Horário de realização dos con-

cursos vestibulares da admissão nas Faculdades e Universidades Estaduais. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício/DTL/SAT nº 197/93

Curitiba, 02 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 214/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 018/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, uma vez que a matéria nele versada independe de lei.

Trata-se simplesmente de questão regulamentar, cuja competência para alteração cabe unicamente ao Conselho de Ensino e Pesquisa, nas Universidades e ao Conselho Departamental, nas Faculdades. Além do mais, os casos de atraso em provas de concurso vestibular nas unidades estaduais de ensino superior são tão ínfimos, conforme informa a própria Secretaria de Estado da área, que não justificam a modificação de um sistema embasado em estudos e planificações criteriosos e que vem funcionando a contento. Portanto, o questionamento plano de lei desatende aos interesses do Ensino Superior.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Proj. de Lei nº 018/93 encontra-se publ. no D.A. nº 04, de 16.02.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 018/93

PROPOSIÇÃO Nº 043/93

P A R E C E R:

Trata-se de recusa de sanção por parte do Poder Executivo, dentro o prazo legal, ao Projeto em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a estipular o horário de realização dos Concursos Vestibulares da Admissão nas Faculdades e Universidades Estaduais.

Fundamentou o Veto com base (no art.87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, da Constituição Estadual), por julgá-lo inconstitucional e contrário aos interesses públicos.

A matéria está em condições de ser submetida a apreciação no Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 273/92, de autoria do Deputado João Iensen. Estabelece a inclusão nos currículos escolares dos cursos de 1º e 2º graus das redes públicas e particulares, a disciplina de Meio Ambiente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.C.E. e C.E.M.A. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 021/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Institui o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 108/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Puxavante de Lidianópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Emendas de Plenário com PARECER da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 209/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Autoriza o Poder Executivo a determinar a Criação e Instalação de um Batalhão da Polícia Feminina na sede do Município de Campo Mourão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 275/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Institui a Carteira de Prevenção do Câncer Ginecológico e Mamário. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 333/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Declara de Utilidade Pública o PROVOPAR, Programa do Voluntariado Paranaense, do Município de Assis Chateaubriand-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 359/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a Estadualizar o Trecho Rodoviário que liga o Município de Icaraíma ao Distrito de Vila Rica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 383/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati. Declara de Utilidade Pública a Congregação

das Irmãs de Betânia, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 391/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Prudentópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 397/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Altera a redação do art. 1º da Lei 10156. (O Instituto de Educação do Paraná, sediado na Cidade de Curitiba, passa a denominar-se Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 400/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 40/93. Autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva - ASTRAU, o Imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 412/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 419/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Jussara ao Município de Terra Boa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 420/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Ligando o Município de Altônia ao Distrito de Jardim Alegre). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 422/93, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Barbosa Ferraz - A.P.M.I., com sede no Município de Barbosa Ferraz - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 423/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Declara de utilidade Pública a Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 424/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Declara de Utilidade Pública a A.P.M.I. - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Pinhão - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 426/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 431/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Denomina o Hospital Geral do Portão e seu Centro Cirúrgico, respectivamente, Hospital Geral Mauro Senna Goulart e Centro Cirúrgico Albert Sabin. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 433/93, de autoria do Deputado Nereu Moura. Declara de Utilidade Pública a A.P.M.I., de Cantanduvas, com sede e foro naquele município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 436/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 440/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Declara de Utilidade Pública a Creche - Escola Crisálida, com sede e foro no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 441/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Declara de Utilidade Pública a Creche Estrela D'Alva, com sede e foro no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 443/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Declara de Utilidade Pública a Creche Nice Braga, com sede e foro no Mu-

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 448/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati. Declara de Utilidade Pública a Associação Ambientalista Bandeira Verde, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 450/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Declara de Utilidade Pública a União de Entidades Ambientalistas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 452/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Declara de Utilidade Pública Estadual o PROVOPAR Municipal de Ortigueira - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a Discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 456/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk. Denomina Doutor Diogo Emanuel de Almeida, a Rodovia 153, no trecho que liga Imbituva a Irati. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 457/93, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa. Declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário com sede no Município de São Sebastião da Amoreira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 462/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati. Declara de Utilidade Pública a Creche Helena Ometto Torres, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar n° 044/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Dispõe sobre o Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, nos termos do art. 146 da Constituição Estadual, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 044/91

P A R E C E R :

A matéria, ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei Complementar n° 044/91, de autoria do ilustre Deputado Neivo Beraldin, tendo em

anexo, o Projeto de Lei Complementar n° 048/91, de autoria do Ilustre Deputado Hermas Brandão.

Os respectivos Projetos de Lei tratam da mesma matéria, cuja súmula dispõe sobre o Serviço Público de Transporte Coletivo rodoviário e intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, nos termos do Art. 146, da Constituição Estadual, e dá outras providências.

A proposta foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se pela Aprovação da mesma.

Na competência desta Comissão de Finanças, regimentalmente por seu Art. 33, § 3º, temos que, nada impede que o presente Plano de Lei mereça aprovação dos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 181/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 014/93. Aprova o Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 22.041.524.000,00 (vinte e dois bilhões, quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil cruzeiros) ao orçamento próprio da FASPAR, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 47 de 12.05.93 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 181/93

P A R E C E R :

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Conclui-se, portanto, de forma favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento n° 3608 de autoria do Sr. Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3590 de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **À Comissão Executiva, para apreciar.**

Requerimento n° 3591 de autoria do Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **À Comissão Executiva, para apreciar.**

Requerimento nº 3617 de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. À Comissão Executiva, para apreciar.

Os demais Requerimentos, dada a inexistência de quórum para deliberação, ficam transferidos para a sessão de amanhã, não se encerrando a discussão dos mesmos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 23, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs. 023, 043 e 045/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 273/92, 021, 108, 209, 275, 333, 359, 383, 391, 397, 400, 412, 419, 420, 422, 423, 424, 426, 431, 433, 436, 440, 441, 443, 448, 450, 452, 456, 457 e 462/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 044/91 e do Projeto de Lei nº 181/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 261, 372, 417 e 429/93.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

ATA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos vinte e três dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e três, às 10:00 horas, na sala de reunião da Comissão de Orçamento, sendo que havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, declarou aberta a reunião. Da pauta-deliberação sobre o parecer do Senhor Relator Djalma de Almeida César ao Projeto de Lei nº 299/93, o qual foi aprovado por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que lida e achada conforme vai assinada pelo Senhor Presidente, e por mim que secretariei a reunião.

Sala das Comissões, em 23.08.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

Simone Vanessa Klaumann - p/ Secretária

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

ATA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e três, às

10:00 horas, na Sala de Reunião da Comissão de Orçamento, sendo que havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, declarou aberta a reunião. Da pauta-deliberação sobre os pareceres do Senhor Relator Heinz Georg Herwig aos Projetos de Lei nº 296/93 e 421/92, os quais foram aprovados por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que lida e achada conforme vai assinada pelo Senhor Presidente, e por mim que secretariei a reunião.

Sala das Comissões, em 26.08.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

Simone Vanessa Klaumann - p/ Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 19.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Antonio Setti, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Toti Colaço, Emilia Belinati, Antonio Costenaro Neto, Paulo Maia, Nelson Justus, Arlindo Troian, Colombino Grassano, João Iensen e Oswaldo Trevisan. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 401/93 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Paulo Maia; 2) Projeto de Lei nº 386/93 do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Concedido vistas ao Deputado Nilton Barbosa; 3) Projeto de Lei nº 373/93 do Deputado Luiz Antonio Setti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 410/93 do Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 402/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 400/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 404/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 359/93 do Deputado Nilton Barbosa. Concedido vistas ao Deputado Nelson Justus - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 407/93, do Deputado Nereu Moura. O Deputado Relator Toti Colaço, requer diligência - DEFE-

RIDO; 10) Projeto de Lei nº 419/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 292/93 do Deputado Plauto Miró Guimarães. A Deputada Relatora Emilia Belinati requer diligência - DEFERIDO; 12) Projeto de Lei nº 420/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 438/93 do Ministério Público do Estado. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 437/93 do Tribunal de Justiça do Estado. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 15) Proposição Veto nº 44/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 169/93 do Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 62/93, do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 376/93 do Deputado Antônio Annibelli. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 286/93 do Deputado José Arthur Ritti. O Deputado Nelson Justus requer diligência - DEFERIDO; 19) Projeto de Lei nº 398/93 do Deputado Nereu Moura. O Deputado Relator Nelson Justus requer diligência - DEFERIDO; 20) Projeto de Lei nº 406/93 do Deputado Luiz Antonio Setti. O Deputado Relator Arlindo Troian, requer diligência - DEFERIDO; 21) Proposição Veto nº 43/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 18/93 do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 385/93 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 375/93 do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 399/93 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Oswaldo Trevisan - DEFERIDO; 25) Projeto de Resolução nº 11/93 do Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 421/93 do Tribunal de Contas do Estado. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 397/93 do Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 394/93 do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 322/93 do Deputado João Preis. Concedido vistas ao Deputado Nelson Justus; 30) Proposição Veto nº 42/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 395/92 do Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 411/93 do Deputado Clei-

ton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 409/93 do Deputado Toti Colaço. Concedido vistas à Deputada Emilia Belinati. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Sr. Deputado Domingos Carvalho, contando com a presença dos seguintes Deputados: Severino Félix, Antônio Costenaro e Luiz Antonio Setti. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 301/93 de autoria do Deputado Namir Piacentini. Com Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Túlio - APROVADO, 02) Projeto de Lei nº 373/93 de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Com Parecer FAVORÁVEL à aprovação do presente pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário de Comissão.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.^a SESSÃO ORDINÁRIA DA 12.^a LEGISLATURA ATA DA 11.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na sala de Reunião das Comissões a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Presidente Namir Piacentini, não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 359/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator José Alves. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, 02) Projeto de Lei nº 397/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Relator Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, 03) Projeto de Lei nº 400/93, de autoria do Poder Executivo. Parecer Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, 04) Projeto de Lei nº 412/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, 05) Projeto de Lei nº 419/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, 06) Projeto de Lei

nº 420/93 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Richard R. Sotto Maior, Secretário da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
Richard R. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 21.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Garcia, José Arthur Ritti, Oswaldo Trevisan, Toti Colaço, João Iensen, Paulo Maia, Arlindo Troian, Mário Bezerra, Cleiton Kielse, Colombino Grassano e Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a Ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 386/93, do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia. APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 433/93, do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia. APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 452/93, do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia. APROVADO. 4) Projeto de Lei nº 424/93, do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia. APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 464/93, do Deputado Severino Félix. O Deputado Relator, José Arthur Ritti, REQUER DILIGÊNCIA. DEFERIDO. 6) Projeto de Lei nº 465/93, do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 7) Projeto de Lei nº 391/93, do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 8) Projeto de Lei nº 416/93, do Deputado Severino Félix. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 9) Projeto de Lei nº 319/93, do Deputado Antônio Costenaro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 313/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 371/93, do Deputado Nilton Barbosa. O Deputado Relator, José Arthur Ritti, REQUER DILIGÊNCIA. DEFERIDO. 12) Projeto de Lei nº 108/93, do Deputado Orlando Pessuti.

Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 383/93, da Deputada Emilia Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 333/93, do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 403/93, do Deputado Oswaldo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 414/93, do Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO. 17) Projeto de Lei nº 443/93, do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 439/93, do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO. 19) Projeto de Lei nº 457/93, do Deputado Severino Félix. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO. 20) Projeto de Lei nº 453/93, do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS coletivamente aos Senhores Deputados Colombino Grassano e Paulo Maia. 21) Recurso do Deputado Mário Bezerra, onde requer recorrer do despacho exarado no Requerimento de CPI dos Gastos em Propaganda do Governo do Paraná. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Colombino Grassano. 22) Projeto de Lei nº 427/93, do Deputado Edson Lino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço. APROVADO. 23) Projeto de Lei nº 441/93, do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço. APROVADO. 24) Projeto de Lei nº 181/93 do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Mário Bezerra. 25) Projeto de Lei nº 462/93, da Deputada Emilia Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia. APROVADO. 26) Projeto de Lei nº 039/93, do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia. APROVADO. 27) Projeto de Lei nº 446/93, do Deputado Renato Adur. O Deputado Relator, Arlindo Troian, REQUER DILIGÊNCIA. DEFERIDO. 28) Projeto de Lei nº 458, do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen. APROVADO. 29) Projeto de Lei nº 459/93, do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen. APROVADO. 30) Projeto de Lei nº 460/93, do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Colombino Grassano. 31) Projeto de Lei nº 226/93, do Deputado Alceu Swarowski. QUE AGUARDE NESTA COMISSÃO. 32) Projeto de Lei nº 469/93, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano. APROVADO. 33) Projeto de Lei nº 399/93, do Poder Executivo. REJEITADO PARECER do Deputado Colombino Grassano. Será designado novo Relator. Registre-se o voto favorável do Deputado Paulo Maia ao primeiro parecer. 34) Projeto de Lei nº 445/93, do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL

do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO. 35) Projeto de Lei n° 425/93, do Deputado Luiz Antonio Setti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO. 36) Projeto de Lei n° 436/93, do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro. APROVADO. 37) Projeto de Lei n° 455/93, do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Colombino Grassano. 38) Proposição Veto n° 48/93, do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n° 435/93, do Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO. 39) Projeto de Lei n° 386/93, do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.^a SESSÃO ORDINÁRIA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 12.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Presidente NAMIR PIACENTINI. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 261/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Relator: Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 372/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator: Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 3) Projeto de Lei n° 378/93, de autoria do Deputado Paulo Maia. Relator: Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 4) Projeto de Lei n° 417/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard R. Sotto Maior, Secretário da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
Richard R. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 11.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Havendo número

legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti apresentou a redação final ao Projeto de Lei n° 367/93, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Elisa Sotomaior Maruska - Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 8.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte cinco dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na sala de reuniões das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor vice-Presidente, Deputado Djalma de Almeida Cesar, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Luiz Carlos Zuk, João Preis e Duílio Genari. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar n° 421/92, de autoria do Deputado Alceu Swarowski. Relator Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 421/93, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 1526/93. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 275/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Relator Deputado Djalma Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 327/93, de autoria do Deputado Nelson Justus. Relator Deputado Djalma Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 438/93, de autoria do Ministério Público do Estado. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 437/93, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGENOSE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro de

um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na sala de reuniões das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Presidente, Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nereu Moura, Djalma Cesar, João Preis, Luiz Carlos Zuk e Élio Rusch. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 044/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 301/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei

nº 316/93, de autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 349/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Srs. Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário